

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.996 - SP (2020/0054315-3)**

RECORRENTE : ROGERIO BARBOSA DA SILVA  
ADVOGADOS : VALDIR KEHL - SP099626  
ROBERTO DE CAMARGO JUNIOR - SP148473  
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Rogério Barros da Silva, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

ACIDENTE DO TRABALHO – PREPARADOR DE CARROCERIA - LER/DORT NOS MEMBROS SUPERIORES - LAUDO PERICIAL CLARO E CONCLUSIVO - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE – NEXO CAUSAL DEMONSTRADO - BENEFÍCIO DEVIDO.

Reexame necessário e apelo autárquico parcialmente providos.

No recurso especial, a parte recorrente alegou a ofensa aos arts. 219 do CPC e 86, parágrafo 2º da Lei 8.213/1991, aduzindo, em resumo, que o Tribunal de origem fixou como termo inicial do benefício a data da juntada do laudo pericial, em afronta à legislação, que determina que seja a data da entrada do requerimento ou, subsidiariamente, a data da citação.

Suscitou a ocorrência de dissídio jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Tenho que assiste razão à parte recorrente.

No caso, o Tribunal de origem decidiu por fixar o termo inicial do benefício como sendo a data da juntada do laudo pericial, ausente concessão de auxílio-doença, conforme o seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 260):

O termo inicial do benefício merece reparo, pois, não tendo o autor recebido qualquer benefício previdenciário, é certo que o primeiro diagnóstico oficial de existência de lesão parcial e permanentemente incapacitante de origem laboral foi realizado pela perita oficial. Assim, restando comprovado o preenchimento dos requisitos legais para percepção do auxílio-acidente apenas durante a instrução deste feito, o benefício será devido a partir da juntada aos autos do laudo pericial oficial (11.02.2019 - fl. 173). Dá-se provimento, nesta questão, ao apelo do INSS e à remessa oficial.

Verifica-se que o acórdão regional recorrido está em desconformidade com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, que fixou o entendimento de que o termo inicial do auxílio-acidente é a

data da cessação do auxílio-doença, quando este for pago ao segurado, e de que, inexistindo tal fato, ou ausente prévio requerimento administrativo para a concessão do auxílio-acidente, o termo inicial do recebimento do benefício deve ser a data da citação.

Confiram-se:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. LAUDO MÉDICO. NECESSIDADE DE MAIOR ESFORÇO PARA O LABOR. CONCESSÃO. INÍCIO DO BENEFÍCIO. CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. TERMO A QUO. PRECEDENTES. LAUDO PERICIAL. INSERVILIDADE PARA FIXAR TERMO INICIAL DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS.

1. Se controvertem as partes apenas quanto ao termo inicial do benefício. Colhe-se do acórdão que as mazelas que acometem o autor decorreram de infortúnio trabalhista ocorrido em 2006, incapacitando-o parcial e permanentemente para o trabalho, comprovado por perícia médica e prova testemunhal, produzidas em 2014. 2. Com relação ao termo inicial do benefício, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Embargos de Divergência 735.329/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, pacificou o entendimento de que, na ausência de postulação na via administrativa, é a citação, e não a juntada do laudo pericial aos autos, que deve nortear o termo inicial dos benefícios de cunho acidentário.

3.O STJ tem entendimento consolidado de que o termo inicial do auxílio-acidente é a data da cessação do auxílio-doença, quando este for pago ao segurado, e de que, inexistindo tal fato, ou ausente prévio requerimento administrativo para a concessão do auxílio-acidente, o termo inicial do recebimento do benefício deve ser a data da citação.

4. Recurso Especial provido para considerar a data da cessação do auxílio-doença como termo inicial para a concessão do auxílio-acidente. (REsp 1838756/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 22/11/2019)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DIA SEGUINTE À CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO ANTERIORMENTE CONCEDIDO OU DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. Extraí-se do acórdão objurgado e dos termos do Recurso Especial que o entendimento do Tribunal de origem não está em consonância com a orientação do STJ no sentido de que o termo inicial para a concessão de benefício previdenciário é a data do requerimento administrativo e, apenas na ausência deste, a partir da citação.

2. Agravo conhecido para dar provimento ao Recurso Especial. (AREsp 1522367/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/10/2019)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OU, CASO INEXISTENTE, NA DATA DA CITAÇÃO.

I - Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez ou de auxílio-doença.

II - De acordo com a jurisprudência pacífica do STJ, o termo inicial

# *Superior Tribunal de Justiça*

para a concessão de benefício previdenciário é a data do requerimento administrativo e, na sua ausência deste, a partir da citação. Entende-se, ainda, que o laudo pericial não serve como parâmetro para fixar termo inicial de aquisição de direitos, mas apenas norteia o livre convencimento do juiz quanto aos fatos alegados pelas partes. Precedente: REsp n. 1.475.373/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 19/4/2018, DJe 8/5/2018; REsp n. 1.714.218/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/2/2018, DJe 2/8/2018; AgInt no REsp n. 1.601.268/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 23/6/2016, DJe 30/6/2016; e AgRg no REsp n. 1.221.517/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 26.9.2011.

III - Recurso especial provido para fixar o termo inicial do benefício na data do requerimento administrativo. (REsp 1714507/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 21/11/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que considere como termo inicial do benefício a data da citação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator